

PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E A GRAMÁTICA NORMATIVA: A QUESTÃO BRASILEIRA

LINGUISTIC PREJUDICE AND PRESCRIPTIVE GRAMMAR: THE BRAZILIAN ISSUE

PREJUICIO LINGÜÍSTICO Y LA GRAMÁTICA NORMATIVA: LA CUESTIÓN BRASILEÑA

Felipe Bresolin¹

Resumo

O presente trabalho trata da questão do preconceito linguístico dentro do contexto brasileiro atual, de como esse fenômeno nasce a partir de uma noção ingênua e anticientífica de que a língua portuguesa é homogênea e que, por conseguinte, haveria uma forma certa/errada de se usar a língua, confundindo-se a alternativa correta com o que se encontra prescrito nas gramáticas normativas: a norma-padrão. A partir daí, busca-se compreender o que vem a ser efetivamente essa norma ligada à tradição e considera-se, à luz da Sociolinguística, a língua dos brasileiros em suas variedades prestigiadas e estigmatizadas. Assim, analisa-se um dos casos mais comuns de uso “errado” da língua portuguesa associado ao senso comum e causador de preconceito linguístico de norte a sul do país: o da concordância de número. Por fim, reflete-se sobre o papel central da escola no combate à discriminação baseada no preconceito linguístico, a qual deve trazer ao conhecimento dos alunos, de maneira pedagógica, reflexões à luz da Sociolinguística. Ou seja, de que as línguas são essencialmente heterogêneas, que a variação linguística é um fenômeno natural inapelável, que as variedades estigmatizadas possuem uma lógica linguística como qualquer outra e estão intrinsecamente ligadas à identidade dos seus usuários, logo, as diferenças nos usos linguísticos devem ser admitidas como genuínas e valorizadas como riquezas. De maneira que, se faz imprescindível, no ensino da língua portuguesa nas escolas brasileiras, a mudança do paradigma certo/errado para o de adequado/inadequado de acordo com o contexto de produção. Este estudo concebe a língua como fato social.

Palavras-chave: preconceito linguístico; norma-padrão; norma culta e variedades estigmatizadas; ensino de língua portuguesa.

Abstract

This paper addresses the issue of linguistic prejudice within the current Brazilian context, focusing on how this phenomenon arises from a naive and unscientific notion that the Portuguese language is homogeneous and that, consequently, there is a right or wrong way to use it. This misconception often equates the “correct” form with what is proposed by prescriptive grammar: the standard norm. From this perspective, the study seeks to understand what this tradition-bound norm truly represents and, through the lens of Sociolinguistics, considers the language of Brazilians in both its prestigious and stigmatized varieties. Considering this, this study analyses one of the most common cases of “wrong” use of the Portuguese language associated to the common sense and cause of linguistic prejudice throughout the country: the number agreement. Finally, the paper reflects on the central role of schools in combating discrimination based on linguistic prejudice. It argues that students should be pedagogically introduced to reflections grounded in Sociolinguistics, such as the understanding that languages are inherently heterogeneous, that linguistic variation is a natural and inevitable phenomenon, and that stigmatized varieties possess their own linguistic logic and are deeply tied to the identity of their speakers. Therefore, differences in language use should be recognized as genuine and valued as cultural assets. It is thus essential that Portuguese language teaching in Brazilian schools shifts from a right/wrong paradigm to one of appropriate/inappropriate based on the context of communication. This study views language as a social fact.

Keywords: linguistic prejudice; standard norm; educated norm and stigmatized varieties; Portuguese language teaching.

¹ Bacharelado em Língua Portuguesa no Centro Universitário Internacional – UNINTER

Resumen

El presente trabajo aborda la cuestión del prejuicio lingüístico en el contexto brasileño actual, es decir, cómo este fenómeno surge a partir de una noción ingenua y anticientífica de que la lengua portuguesa es homogénea y que, por lo tanto, existiría una forma correcta/incorrecta de usarla, confundiendo la alternativa correcta con lo que está prescrito en las gramáticas normativas: la norma estándar. A partir de ello, se busca comprender qué es realmente esta norma ligada a la tradición y se considera, a la luz de la Sociolingüística, la lengua de los brasileños en sus variedades prestigiosas y estigmatizadas. Así, se analiza uno de los casos más comunes de uso “incorrecto” del portugués asociado al sentido común y causante de prejuicio lingüístico de norte a sur del país: la concordancia de número. Finalmente, se reflexiona sobre el papel central de la escuela en la lucha contra la discriminación basada en el prejuicio lingüístico, la cual debe presentar a los alumnos, de manera pedagógica, reflexiones desde la perspectiva de la Sociolingüística. Es decir, que las lenguas son esencialmente heterogéneas, que la variación lingüística es un fenómeno natural e inevitable, que las variedades estigmatizadas poseen una lógica lingüística como cualquier otra y están intrínsecamente ligadas a la identidad de sus hablantes. Por lo tanto, las diferencias en los usos lingüísticos deben ser admitidas como genuinas y valoradas como riquezas. De este modo, se hace imprescindible, en la enseñanza del portugués en las escuelas brasileñas, el cambio del paradigma correcto/incorrecto al de adecuado/inadecuado según el contexto de producción. Este estudio concibe la lengua como un hecho social.

Palabras clave: prejuicio lingüístico; norma estándar; norma culta y variedades estigmatizadas; enseñanza del portugués.

1 Introdução

A questão do preconceito linguístico no Brasil é atual e gravíssima, pois revela-se um fenômeno extremamente comum e perverso que tolhe à grande parte da população brasileira o exercício pleno da cidadania. De acordo com Marta Maria Pereira Scherre (em entrevista à Jussara Abraçado), ele é:

[...] mais precisamente o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro (embora o preconceito sobre a própria fala também exista). O preconceito linguístico tem a ver, essencialmente, com a língua falada (Abraçado, 2008, p. 15).

Este tipo de preconceito social é tão grave como o racial, de gênero ou sexual, por exemplo, porém o debate em torno dele ainda não tomou a sociedade como deveria. Todos os dias, pessoas em todo o país são discriminadas pela forma como falam sua língua materna, sendo humilhadas, julgadas incapazes e ignorantes, assim tendo sua autoestima e identidade afetadas. Isso que vem a causar, por conseguinte, sua marginalização e exclusão social ao mesmo tempo que favorece a manutenção de uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, que reiteradamente produz oprimidos e excluídos: o Brasil é um dos países mais difíceis do mundo em termos de ascensão social².

² Segundo o estudo “Um Elevador Social Quebrado?” da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE, divulgado amplamente na mídia brasileira em 2023, podem ser necessárias 9 gerações para crianças nascidas em uma família brasileira de baixa renda saírem de onde estão e chegarem à classe média (OCDE, 2018).

Mas, em que se baseia o preconceito linguístico? Bem, faz-se necessário compreender como ele se dá assentado em uma noção errônea de língua homogênea, de uma maneira certa/errada de usá-la, a partir de uma gramática normativa que trata de um modelo linguístico muito específico (construído com base na escrita literária daqueles escritores considerados *clássicos*) que não condiz com nenhuma variedade *real* de língua falada no Brasil e se baseia, em geral, naquela que se usa em Portugal. É o que afirma Bagno em *Preconceito Linguístico*: “No que diz respeito ao ensino do português no Brasil, o grande problema é que esse ensino até hoje, depois de mais de 190 anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma linguística de Portugal” (Bagno, 2015, p. 46).

De maneira que se faz imprescindível refletir sobre a importância de se considerar todas as variedades da *língua* falada no Brasil como lógicas, legítimas, em suma como qualquer outra, constituindo no seu conjunto um enorme patrimônio da nossa cultura. Analisa-se, assim, valendo-se da Sociolinguística, um caso de “erro” praticado por milhões e milhões de brasileiros *sistematicamente* todos os dias: o da concordância de número. Por fim, pondera-se como a escola se torna peça fundamental no combate ao preconceito linguístico por meio de um viés científico e de práticas pedagógicas adequadas.

Esta pesquisa tem cunho bibliográfico, portanto, a fim de elucidar a questão do preconceito linguístico no contexto brasileiro, serve-se de instrumentos como estudos, entrevistas e livros publicados, por meios escritos e eletrônicos de autores relevantes (principalmente brasileiros) que tratam desse tema de forma ampla e de conceitos da (Sócio)linguística em geral. Os principais autores que a embasam são: Marcos Bagno e Maria Marta Pereira Scherre, ambos referência na questão do preconceito linguístico no Brasil, além de Louis-Jean Calvet, Maria Cecília Mollica, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Suzana Alice Cardoso e Caetano W. Galindo, todos eles (assim como os dois primeiros referidos acima) ligados à Sociolinguística. Além dos autores mencionados acima, também a embasam os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Língua Portuguesa.

2 Heterogeneidade e dinamismo

Há uma grande distância entre a norma-padrão e as variedades da língua usadas pelos brasileiros e, pudera, como poderia ser diferente? A norma-padrão contida nas gramáticas de língua portuguesa remonta a uma longa tradição de estudos gramaticais iniciada por filósofos e filólogos gregos há quase 25 séculos, que associa *língua* à escrita literária, a fim de manter aquelas formas que reputam superiores (“certas”, mais belas e elegantes). Ao fazê-lo, criaram

tanto uma espécie de idolatria cega à essa norma quanto as bases do preconceito linguístico. De acordo com Bagno:

Foram eles que sacralizaram na cultura ocidental o mito que existe “erro” na língua, principalmente na língua falada. Por isso, até hoje, as pessoas julgam a língua falada usando como instrumento de medição a língua escrita literária mais consagrada: qualquer regra linguística que não esteja presente na grande literatura (e como são numerosas essas regras!) é imediatamente tachada de erro (Bagno, 2006, p. 46-47).

Bem, como já mencionamos acima, hoje em dia, muitas dessas regras contidas nas gramáticas normativas utilizadas nas escolas brasileiras para o ensino da língua portuguesa têm sua origem no português europeu, mais precisamente inspiradas na língua escrita encontrada nos grandes romancistas, poetas e dramaturgos portugueses “do período romântico (primeira metade do século XIX)” (Bagno, 2015, p. 95). Portanto, esse modelo idealizado, abstrato, *reductor* de língua (uma fatia muito estreita do seu universo), que se baseia na norma literária de Portugal e que funciona como “régua” (um “dever ser” de língua) para determinar tudo aquilo que é certo ou errado no seu emprego, não condiz com nenhuma variedade de português falada verdadeiramente no Brasil. Dessa forma, muitas das suas construções *soam* obsoletas ou mesmo estranhas a muitos brasileiros.

Essa noção equivocada e extremamente danosa de “erro” com relação ao uso linguístico — inculcada em grande parte da população brasileira que julga falar de maneira errada a própria língua, ou considera “incorreta” a fala alheia por não se conformar às prescrições de uma norma de uso escrito, literário da língua (portanto, apropriada para alguns fins bem definidos) que se quer aplicada “a toda e qualquer manifestação linguística” (Bagno, 2021, p. 38) —, vincula-se, pois, a uma concepção de língua homogênea, uma e uniforme, quando, de fato, qualquer língua é um conjunto de *variedades*. Segundo a linguista Suzana Alice Cardoso, sob a denominação de *língua* há uma série de variações que reflete a própria diversidade de seus usuários, de maneira que ao falarmos de língua portuguesa estamos realizando, na verdade, uma abstração e generalização consideráveis (Mollica; Ferrarezi Junior, 2021). Ainda:

Exatamente porque não existe uma língua unificada, porque nenhuma língua é um monobloco indivisível, costuma-se associar ao conceito de língua a ideia de abstração uma vez que, nos atos de fala, ela já se apresenta diversificada, com usos diferenciados conforme o momento, as circunstâncias da elocução, as características sociais do falante. Essa diversidade de usos concretizada, harmonicamente, em grupos de falantes, configura os diferentes dialetos de que se reveste uma determinada língua (Mollica; Ferrarezi Junior, 2021, p. 15).

Toda língua é viva e, como tal, “apresenta variação em todos os seus níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico etc.) e em todos os seus níveis de uso social (variação

regional, social etária, estilística etc.)” (Bagno, 2015, p. 27). Logo, a língua se apresenta em um *continuum* que abarca uma diversidade de *variedades*, que vão das mais estigmatizadas (da maioria da população, logo, aquelas dos falantes pobres, analfabetos, semianalfabetos, moradores das zonas rurais ou das periferias dos grandes centros urbanos) às mais prestigiadas (daqueles que habitam os grandes centros urbanos, com maior nível de escolarização e melhores condições financeiras).

Além da língua variar no *espaço* (no caso do Brasil, de um grande espaço, dadas as dimensões continentais do país, o que, aliado a outros fatores, o torna prolífero em diversidades regionais) e conforme *a situação social do falante*, ela também muda, o tempo todo. Caetano W. Galindo afirma:

[...] mal cabe pensar que os idiomas têm uma estabilidade meio precária, permanentemente assolada por pequenas mudanças. O fato é que eles nunca têm estabilidade. São como um caleidoscópio que jamais para de girar. Sim, os idiomas giram devagar, sobretudo do ponto de vista dos usuários, mas seu movimento nunca cessa (Galindo, 2022, p. 67).

Assim, a língua portuguesa é dinâmica e flexível, pois, como qualquer outra língua, ela muda com o passar do tempo: “sob o efeito de suas estruturas internas, de contatos com outras línguas e atitudes linguísticas” (Calvet, 2021, p. 136).

Por conseguinte, ao falarmos em língua portuguesa falada em solo brasileiro, devemos considerar um longo, dramático e violento processo histórico que tem início com a chegada dos portugueses ao território do que hoje chamamos Brasil (1500). Ora, a língua que os portugueses transplantaram do solo europeu para terras tupiniquins, ou melhor, as *variedades de língua portuguesa*, a partir da sua colonização (1532), vêm sofrendo um processo contínuo e próprio³ ao longo do tempo (assim como aquelas em Portugal também variaram e mudaram desde então), cheio de peripécias, reviravoltas e vicissitudes que resultam nas variedades que os brasileiros usam atualmente e que divergem, portanto, em maior ou menor grau, daquelas faladas e escritas pelos portugueses.

Portanto, não faz sentido algum rotular de erro qualquer construção que não se harmonize com aquelas da norma-padrão (um modelo de língua ideal), contidas na gramática normativa (que concebe a língua como um bloco homogêneo e uniforme), inspiradas na norma

³ De acordo com Caetano W. Galindo, nas fases mais inovadoras, inéditas e transformadoras desse processo de formação da nossa língua, destaca-se a contribuição do coletivo africano escravizado e trazido para o Brasil, não somente na sua *difusão*, mas também na sua *reestruturação*: “[...] um processo histórico de deglutição em que o idioma europeu foi sendo aprendido de maneira improvisada, aproximada (e também miraculosa). O idioma europeu aprendido pelos indígenas e, sobretudo, pelos africanos escravizados, trazidos para cá como mercadoria e provindos de diversas nações e falantes de diversos idiomas, acabaria, assim, transformado em manifestações novas, em versões alteradas do que foi um dia” (Galindo, 2022, p. 20).

gramatical literária portuguesa, que se querem reguladoras para quem fala e escreve textos (no Brasil) que, em geral, não são literários. De fato, não existe “erro de português”, “existem diferenças de uso ou alternativas de uso em relação à regra única proposta pela gramática normativa (Bagno, 2015, p. 199). Essas diferenças de uso ou alternativas é precisamente o que passamos a investigar agora.

3 Norma culta e variedades estigmatizadas

A norma-padrão — ideal de língua abstrato, que “oferece apenas *uma* das muitas possibilidades de combinação dos recursos existentes da língua” (Bagno, 2021, p. 158) e que representa a “tentativa temporária de descrever as características da norma literária, de prestígio” (Galindo, 2022, p. 192) —, em boa medida, não corresponde à *língua* que efetivamente os brasileiros falam e escrevem (real e concreta). Ao mesmo tempo, ela exerce um enorme poder simbólico ao se impor como “modelo de língua certa” para mais de 200 milhões de brasileiros sem levar em consideração o caráter evidentemente heterogêneo da língua, portanto, “não apenas quando se faz referência às diferenças entre fala e escrita, mas no próprio universo da fala e da escrita” (Cecato, 2017, p. 108).

A norma-padrão, assim, enquanto ideal de língua, não corresponde nem mesmo à língua efetivamente falada ou escrita pelos brasileiros em suas formas prestigiadas (apesar de serem as que mais se aproximam dela) — aquilo que Bagno chama de variedades urbanas de prestígio e que constituem *verdadeiramente* a *norma culta*, ou seja, um termo técnico linguístico que “se refere à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da nossa população” (Bagno, 2006, p. 51), isto é, “a língua realmente empregada no dia a dia pelos falantes que têm escolaridade superior completa, nasceram, cresceram e sempre viveram em ambiente urbano” (Bagno, 2006, p. 63).

Essas variedades urbanas do *português brasileiro*, que gozam de prestígio social uma vez que são claramente associadas aos grupos sociais dominantes, se tornam um instrumento de poder nas mãos de seus usuários para distinguir entre aqueles que “falam corretamente” daqueles que “não falam” (Os falantes das variedades estigmatizadas), causando preconceito, estigma e discriminação social ao menosprezarem sua língua, logo, também sua cultura e modo de ser: “usando os fenômenos linguísticos para definir, de fato, os limites da ascensão social, que fica (imaginariamente) reservada aos que estão ‘do lado de cá’ do terreno do ‘bem falar’” (Bagno, 2006, p. 73).

Essas variedades de prestígio, porém, não são inerentemente melhores (mais, perfeitas, belas ou lógicas) do que aquelas estigmatizadas, de fato, elas se equivalem no sentido de que todas elas são perfeitamente coerentes, lógicas e funcionais. Um dos conceitos fundamentais da Sociolinguística⁴ é, com efeito, o da *equivalência funcional*, isto é, aquele que afirma não haver línguas superiores ou inferiores:

Segundo interpretações que se tornaram bastante populares a partir de meados do século XX, a equivalência funcional entre línguas ou variedades significa que essas se equivalem tanto em sua estrutura quanto em seu uso, ou seja, todas as línguas têm igual complexidade. Sendo assim, afirmavam os primeiros pesquisadores que se dedicaram ao estudo de línguas ameríndias, não há fundamento científico para que um código linguístico seja mais valorizado que outros (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 71 *apud* Mollica; Ferrarezi Junior, 2021, p. 178).

Na verdade, as variedades que sofrem estigma são consideradas inferiores no mercado linguístico brasileiro porque pesa o preconceito contra os seus usuários (sem prestígio social e econômico). Quando esses utilizam, por exemplo, uma construção como “as maçã vermelha”, em que há menos marcas formais explícitas de plural, são julgados ignorantes e incapazes “por não saberem falar a língua”.

Segundo a tradição gramatical da língua portuguesa, essa exhibe mecanismos de concordância de número, quer verbal, quer nominal⁵, de natureza obrigatória, por conseguinte, quando nos referimos a mais de uma coisa em uma frase, geralmente, adicionamos várias marcas formais de plural que modificam uma gama de classes de palavras, por exemplo: “As lindas praias nordestinas recebem muitos turistas no verão”. De um ponto de vista lógico, essas marcas são redundantes.

Assim como o português da gramática normativa e das variedades brasileiras prestigiadas, as *desprestigiadas* também apresentam regras de plural, porém de maneira mais econômica. Segundo Bagno (2022, p. 51-52), nessas variedades a marca de plural aparece somente em uma palavra a fim de indicar um número de coisas maior que um, geralmente no artigo definido. Todavia, quando não há, a marca aparece na primeira palavra a ser pluralizada, indicando, portanto, que o grupo de palavras está no plural. Galindo (2022, p. 191) levanta a seguinte hipótese:

⁴ A Sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Essa ciência se faz presente em um espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo (Mollica; Braga, 2021, p. 9)

⁵ Em português, a concordância consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada. A concordância pode ser *nominal* ou *verbal* — Diz-se *concordância nominal* a que se verifica em gênero e número entre o adjetivo e o pronome (adjetivo), o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinantes) e o substantivo ou pronome (palavras determinadas) a que se referem [...]. Diz-se *concordância verbal* a que se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o *predicativo*) e o verbo da oração (Bechara, 2015, p. 554).

Quem fala “as coisa” [...] dá voz à um processo de simplificação morfológica que já tinha bases no português em formação antes do Renascimento, e que foi revigorado de maneira muito direta no Brasil pela influência sobretudo dos falantes de línguas do grupo tupi, no qual os substantivos não se diferenciam entre formas de singular e de plural, e das línguas bantas, que formam seu plural com a troca de prefixos [...] o que pode ter reforçado nossa tendência de marcar a pluralização apenas na parte da frente da construção (Galindo, 2022, p. 191).

Em algumas outras línguas, tais como o inglês e o francês, as regras que orientam a colocação das marcas de plural são bastante similares àquelas das variedades brasileiras estigmatizadas. Como exemplo, é muito comum no inglês indicarmos de que estamos falando de mais de uma coisa fazendo recair a marca de plural somente sobre uma palavra, geralmente o substantivo: “*My beautiful younger sister went to school*” (Minha linda irmã mais nova foi à escola)/ “*My beautiful younger sisters went to school*” (Minhas lindas irmãs mais novas foram à escola). Fenômeno semelhante ocorre com o francês em que as marcas de plural são escritas, mas, em geral, não pronunciadas: “*La belle pomme rouge pousse sur la branche d’arbre*” (A bela maçã vermelha cresce sobre o ramo da árvore)/ “*Les belles pommes rouges poussent sur la branche d’arbre*” (As belas maçãs vermelhas crescem sobre o ramo da árvore). Nesses exemplos, a única indicação para o ouvinte de que a frase está no singular ou no plural recai sobre os artigos definidos, no caso “*la*” (a) e “*les*” (as). Galindo, em entrevista à revista jornalística Pesquisa FAPESP, declara:

Dizer “as coisa”, em vez de “as coisas”, é errado segundo as normas da língua padrão. Mas não está errado linguisticamente, não é ruim, nem pior do que nada. Há inúmeros idiomas no mundo que funcionam exatamente assim, alguns, inclusive, muito respeitados. O português brasileiro está indo em uma direção parecida com a do francês culto, em que esse tipo de marca de plural não é feito como no português erudito, mas mais próxima do português falado, informal (Galindo, 2023).

De acordo com a linguista Maria Marta Pereira Scherre, a falta de concordância de número plural no português brasileiro (ocorre também no português europeu) é um fenômeno seguramente instalado, não somente na língua falada, mas até mesmo na escrita monitorada em contextos linguísticos bem definidos (Scherre, 2005, p. 20-21), de maneira que *todos* nós incorremos nessas construções em maior ou menor grau. Entretanto, como esse fenômeno vem ligado ao menor nível de escolarização, isto é, quanto menos anos de estudo, menos marcas de plural (Scherre, 2005, p. 53), ele é claramente associado aos usuários das variedades estigmatizadas, o que serve para distinguir grupos sociais (Scherre, 2005, p. 123) causando estigma social.

Segundo Scherre (2006), as pesquisas levadas a cabo no âmbito da língua falada no Brasil revelam que as construções mais comuns em que a concordância de número plural não

ocorre são constituídas por: itens nominais informais (“tomei uns *goró*”), itens nominais diminutivos e de formação regular (“umas *casinha bonitinha*”), adjetivos pospostos ao núcleo do sintagma nominal, especialmente se o núcleo também não apresentar plural explícito (“essas carne *congelada*”), verbos com sujeitos pospostos (“*sumiu* os meninos”), predicativos de formação regular precedidos de verbos e/ou sujeitos sem marca explícita de plural (“as coisa tá *cara*”). (Scherre, 2006, p. 19-20)

Isso posto, concluímos que no uso linguístico não existem construções certas ou erradas, melhores ou piores. Logo, não se sustenta a afirmação de que construções do tipo “as maçã vermelha” seriam “incorretas” porque se afastam do padrão normativo ou das variedades de prestígio, já que desconsidera o caráter essencialmente heterogêneo estruturado da língua. De fato, elas não trazem nenhum problema de comunicação, nenhuma ambiguidade na sua interpretação e, no âmbito das variedades em que se manifestam, tais construções seguem, ao seu modo, regras precisas de concordância (no caso, menos marcas), de maneira que para os seus usuários configuraria “erro” precisamente uma construção que apresentasse todas as marcas de plural: “A língua materna de uma comunidade é o seu legado maior. Tenha ou não prestígio ela tem de ser respeitada, porque além de complexa e perfeita do ponto de vista linguístico, faz parte da identidade de sua comunidade” (Scherre, 2006, p. 138).

O preconceito linguístico não se justifica, logo ninguém deve ser desrespeitado pela língua que fala: ela é de todos.

4 Considerações finais

Vimos, ao longo deste trabalho, que a noção muito estreita de erro a partir do viés de idioma ideal, homogêneo e uniforme da gramática normativa — de uma única forma certa de usar a língua — é um mito que dá origem ao grave preconceito linguístico, causador de tantos males na nossa sociedade, cuja face mais nociva é a exclusão social. Vimos também que *todas as variedades da língua* faladas pelos brasileiros, sejam elas prestigiadas ou não, são coerentes lógicas e funcionais, ricas manifestações da cultura das comunidades de seres humanos que as utilizam, variedades essas que possuem muito mais semelhanças do que diferenças entre si. De forma que o reconhecimento e valorização de todas elas faz-se imprescindível, não somente no combate ao preconceito linguístico, mas na construção de uma sociedade plural, *realmente* democrática, em que as diferenças no âmbito linguístico (e não somente nesse) venham tomadas como um patrimônio único e precioso, expressão do ser mais íntimo do nosso povo.

De fato, todo brasileiro domina perfeitamente a língua a qual foi exposto desde a tenra idade, sua *língua materna, parte essencial de sua identidade*, cuja gramática, no sentido duro do termo (as regras que governam o funcionamento de uma variedade), traz internalizada:

A língua permeia tudo, ela nos constitui enquanto seres humanos. Nós *somos* a língua que falamos. A língua que falamos molda nosso modo de ver o mundo e nosso modo de ver o mundo molda a língua que falamos (Bagno, 2015, p. 201).

Consideramos que a escola se apresenta como espaço privilegiado tanto para a desconstrução de mitos danosos quanto para a legitimação dessa diversidade: nela deveria haver lugar para *todas* as variedades linguísticas desde as séries iniciais do ensino. É preciso levar ao conhecimento dos alunos-cidadãos as incríveis e inúmeras descobertas relacionadas aos fenômenos linguísticos que a ciência da linguagem tem realizado ao longo de mais de um século, associada àquelas do campo da educação, como é o caso, a título de exemplo, do *letramento*. Efetivamente, é na escola que se encontra em germe o tipo de sociedade que queremos construir, ou seja, ou uma excludente, que continue a privilegiar uma pequena elite, ou uma acolhedora, profundamente democrática que reconheça, respeite e valorize as diferenças e aja em prol da justiça e do combate à desigualdade social. Os Parâmetros Curriculares Nacionais produzidos pelo Ministério da Educação para orientar o ensino no Brasil constituem um grande passo nesse sentido:

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. [...] A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas (Brasil, 1997, p. 26).

A competência comunicativa, portanto, diz respeito ao domínio das possibilidades de uso da língua, em outras palavras, à capacidade que o falante tem de transitar pelo amplo *continuum* de variedades consoantes àquilo que lhe pareça mais apropriado às suas intenções comunicativas e que envolve, assim: quem fala, a quem, onde, quando, como, por que e para que. Destarte, o estrito paradigma de certo/errado, associado comumente ao uso linguístico, dá lugar ao de adequado/inadequado de acordo com o contexto de produção:

A ideia de que é errado usar numa conferência ou numa reunião de trabalho a mesma língua que você usa quando está de pijama conversando com sua filha pequena é o espelho da outra, tão importante quanto ela: usar a língua engravatada com a filha em casa é um erro da mesma dimensão (Galindo, 2022, p. 187-188).

Isso posto, devemos considerar a importância da norma-padrão tradicional e seu papel insubstituível no ensino-aprendizagem da língua falada e escrita — descontadas todas as ressalvas que devem ser feitas à ela (formas antigas e obsoletas ligadas à norma literária; contradições metodológicas e concepções não científicas; em parte descontextualizadas da realidade linguística brasileira, o que aponta para a necessidade de revisá-la e atualizá-la) —, dado que as formas linguísticas que ela contém são imprescindíveis à língua escrita mais monitorada, aquela presente justamente nos gêneros textuais que desfrutam de maior prestígio social. Por consequência, o aprendizado desse padrão de língua (além das variedades urbanas de prestígio) por parte dos alunos-cidadãos desfavorecidos socialmente — propriamente o padrão que mais se distancia da sua *realidade linguística* — se torna crucial como instrumento para a participação política e diminuição das desigualdades sociais.

A escola, ao valorizar a fala que indica o pertencimento do aluno à sua comunidade, municiando-o de autoestima, ao mesmo tempo que lhe proporciona a ampliação de seus recursos linguísticos e de sua competência comunicativa, tornando-o cômico do valor e da importância de integrar-se à cultura letrada em que vive, o empodera para o desempenho social, permitindo-lhe, assim, a possibilidade de tornar-se um cidadão pleno, participativo e protagonista.

Referências

- ABRAÇADO, J. Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre preconceito linguístico, variação linguística e ensino. **Cadernos de letras da UFF: preconceito linguístico e cânone literário**, Niterói, n. 36, p. 11-26, 2008. Disponível em: http://moodle.stoa.usp.br/file.php/1054/textos/Norma_e_Ensino/SCHERRE_entrevista.pdf. Acesso em: 04 jun. 2025.
- BAGNO, M. **A língua de Eulália**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2022.
- BAGNO, M. **A norma oculta**. 5. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BAGNO, M. **Português ou brasileiro?** um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BRASIL, Ministério da educação e do desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília. DF: MEC/SEF, 1997.
- CALVET, L-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 14, n. 52, p. 17-28, 2025

CECATO, C. **Introdução aos fundamentos teóricos da linguística**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

GALINDO, C. W. **Latim em pó: um passeio pela formação do nosso português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GALINDO, C. Norma culta deveria ser flexibilizada, diz autor de *Latim em pó*. [Entrevista concedida a] Ricardo Balthazar. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 329, jul. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/norma-culta-deveria-ser-flexibilizada-diz-caetano-galindo-autor-de-latim-em-po/>. Acesso em: 26 out. 2023.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto. 2021.

OCDE - Organização para Desenvolvimento Econômico. **Um elevador social quebrado?** Disponível em: <https://www.oecd.org/brazil/social-mobililty-2018-BRA-PT.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

Data de submissão: 09 de abril de 2025

Data de aceite: 23 de maio de 2025